

Núcleo Regional do Sul (APPC-NRS), actualmente

### **ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA - APCL**

A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral foi fundada em Lisboa em 26 de Julho de 1960 por um grupo de pais e de técnicos, tendo sido a primeira Associação de pais e de técnicos para pessoas com deficiência criada no país.

O seu aparecimento ficou a dever-se à iniciativa de Maria Luísa de Almeida Alves, mãe de uma criança com paralisia cerebral que, regressada de Londres onde fora estagiar e formar-se nesta especialidade, resolvera abrir, com o apoio do Dr. João Santos da Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, um pequeno Centro de Reabilitação. Decorria então o ano de 1958.

Dada a especificidade da paralisia cerebral e a impossibilidade daquele Centro dar resposta às inúmeras solicitações que surgiam por todos os lados, e após uma tentativa falhada de apoio da Fundação Adolfo Vieira de Brito, surgiu um grupo de pais de crianças que já estavam a ser atendidas no Centro apoiado pela Liga que, acompanhados por um grupo de técnicos, fundou

a Associação, cujos estatutos foram aprovados pelo Ministro da Saúde e Assistência, tendo sido considerada logo desde o início como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública Administrativa.

A criação de uma Associação constituída por cidadãos independentes do poder político de então foi muito difícil, tanto mais que era doutrina feita dentro do próprio Ministério da Saúde e Assistência que “a paralisia cerebral não tinha cura, e como tal nada havia a fazer às crianças que não fosse o cuidado diário a prestar pelas suas famílias e manter as crianças em casa, pois nem sequer a escola poderiam frequentar.”

Com a fundação da Associação em 1960 nasceu o primeiro Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral do país. De início em instalações precárias, com o apoio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e dos Ministérios dos Assuntos Sociais e da Educação. Foram diversas as instalações provisórias durante cerca de oito anos, até que a Fundação Calouste Gulbenkian financiou o projecto, a execução e o equipamento dum Centro ainda hoje considerado modelo – tanto em espaços como em funcionalidade - bem como a formação e especialização do pessoal técnico no país e no estrangeiro. Decorria o ano de 1965.

A partir de 1974 sentiu-se a necessidade premente de descentralizar os apoios técnicos de reabilitação e uma maior e mais eficaz integração no ensino regular. Assim se deu uma alteração dos Estatutos com a criação de Núcleos Regionais, cada um deles dotados das necessárias (com determinadas) autonomias, devidamente reconhecidas nos estatutos - autonomia técnica, administrativa e financeira.

O Núcleo Regional do Sul, com Sede em Lisboa, passou a integrar todo o pessoal e os equipamentos sociais que existiam na altura em Lisboa, e abriu-se a possibilidade legal de criação de novos Núcleos, o que aconteceu de imediato com a criação do Núcleo Regional do Norte (Porto) ainda em 1974 e com o Núcleo Regional do Centro (Coimbra) em 1975. Estes Núcleos foram apoiados pelo Núcleo do Sul tanto para a sua instalação como na formação de pessoal e criação das regras de funcionamento.

Constitui-se então, como estrutura de coordenação, a figura da Direcção Nacional da APPC, a qual, detendo a personalidade jurídica da Associação, não interfere no funcionamento dos Núcleos, mas apenas os coordena e apoia.

Pouco a pouco, e sempre por iniciativa de pais e técnicos, foram aparecendo mais Núcleos Regionais quer com o apoio do Núcleo do Sul quer dos Núcleos que passaram a existir nas regiões vizinhas: Beja (1981), Viseu (1982), Faro (1982), Vila Real (1983), Braga (1986), Évora (1991), Madeira (1992), Guimarães (1993), Alentejo Litoral (2000), Leiria (2002), Viana do Castelo (2004), e Castelo Branco (2006).

O Núcleo Regional do Sul foi constituído a partir da Associação inicialmente criada em 1960, e portanto, foi o ponto de partida para todos os restantes criados por todo o país e que hoje atendem localmente as populações respectivas.

O número de sócios de todos os Núcleos é superior a 15.000, sendo atendidas nos diversos

equipamentos sociais mais de 5.000 pessoas.

A criação das respostas sociais foram surgindo à medida das necessidades que iam acompanhando o crescimento das crianças que inicialmente foram sendo assistidas. Em Lisboa, iniciou-se com o Centro de Reabilitação (Centro de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian- CRPCCG), seguindo-se a Escola de Ensino especial (CRPCCG), o Centro de Actividades Ocupacionais (Espaço 7 Ofícios e CRPCCG, para os que deixavam as actividades escolares e não seguiam carreiras profissionais), o Centro de Formação Profissional (Espaço 7 Ofícios e CNB Costa), o Apoio Domiciliário (assistência e apoio às famílias, em especial as mais idosas), os Lares Residenciais (Centro Belmar da Costa, Casa do Tejo e Casa do Saldanha). Também neste aspecto o Núcleo do Sul foi o pioneiro na criação de Lares residenciais.

Com o crescimento do número de Núcleos e das suas actividades, foi considerando vantajosa a criação de associações autónomas, as quais integrariam uma Federação(FAPPC). Assim, o Núcleo Regional do Sul (tal como todos os Núcleos Regionais da APPC) foi transformado em Associação com personalidade jurídica plena, denominada Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa – APCL, a qual recebeu todos os activos e passivos, direitos e obrigações do Núcleo que lhe deu origem.

A Direcção Nacional (estrutura de coordenação), constituiu-se em Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral - FAPPC